

Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950)¹

Reinaldo Lindolfo Lohn
UESC

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o contexto das políticas de modernização em meados do século XX, com seu conteúdo de projeções e visões utópicas sobre as cidades brasileiras. Analisa-se a circulação e a apropriação de representações sociais construídas no âmbito dos projetos de reforma urbana na década de 1950 entre segmentos específicos da população de Florianópolis (SC), integrados por leitores e interlocutores de programas e símbolos desenvolvimentistas, como Brasília. O artigo norteia-se em pesquisas em jornais da cidade no período, bem como em seu primeiro Plano Diretor, nos quais é possível localizar leituras e percepções compartilhadas sobre o processo de transformações sócio-urbanas em curso.

Palavras-chave: Cidade; Modernização; Desenvolvimentismo.

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the context of the politics of modernization in the middle of 20th century, with its content of projections and utopian visions on the Brazilian cities. The text analyzes the circulation and the appropriation of social representations constructed in the scope of the projects of urban reforms between specific segments of the population of Florianópolis (SC), integrated for readers and interlocutors of desenvolvimentist programs and symbols, as Brasília. The article is guided by research in periodicals of the city in that period, as well as in its first Managing Plan, in which it is possible to locate readings and perceptions shared on the process of socio-urban transformations in course.

Keywords: City; Modernization; Desenvolvimentism.

EXPECTATIVAS CONTROLADAS

Um ‘contemporâneo do futuro’: assim um jornal de Florianópolis, capital de Santa Catarina, em 21 de abril de 1960, definia o então presidente da República Juscelino Kubitschek. A edição especial do jornal *O Estado* sobre a inauguração da nova Capital Federal, Brasília, contou, como principais anunciantes, empresas de transporte e do setor automobilístico. O mote principal

dos textos foi a interiorização, com a eliminação das grandes distâncias do ‘país-continente’, fator considerado indispensável ao desenvolvimento do Brasil. Tratava-se de iniciar a “marcha pelo desenvolvimento”, num processo em que “homens de empresa” juntar-se-iam a “administradores públicos, mestres e outros dirigentes de empreendimentos comerciais”. A celebração da nova Capital, plantada no então isolado Planalto Central brasileiro, ocorreu como um grande espetáculo político, uma festa do desenvolvimentismo e “a alvorada de um Brasil novo”. O país parecia caminhar mais rápido com planejamento estatal, antecipando as possibilidades futuras das obras de infraestrutura e a associação a investidores externos. A fórmula para o desenvolvimento apresentava-se quase indiscutível: o progresso viria para superar o passado agrícola do país e privilegiar os habitantes urbanos, os quais teriam acesso às facilidades modernas.²

A leitura dos jornais de Florianópolis daquele período indica que a euforia com Brasília — menos a cidade e mais sua representação — espalhou-se pelo país, como referência de uma nova sociedade em construção. Ou seja, ocorreu um processo de apropriação das mensagens difundidas, envolvendo a atribuição de significados e o compartilhamento de determinados horizontes de expectativas por diversos segmentos da sociedade. As afirmações do presidente prevendo que a nova capital iniciaria uma era de prosperidade e desenvolvimento eram publicadas com frequência em Florianópolis, como se uma nova civilização estivesse prestes a surgir. O plano piloto, as rodovias e ferrovias, os avanços no andamento das obras, eram acompanhados pela imprensa, com o mesmo destaque dado às afirmações de cientistas sobre as maravilhas da energia atômica — uma “revolução industrial sem miséria” no dizer de um deles — ou o lançamento de satélites artificiais pelos soviéticos.

Isso seria um indicativo de que práticas e representações sociais referidas à modernização e, em especial, à urbanização, estariam circulando em diferentes regiões e camadas sociais distintas? Haveria, então, uma adesão incondicional ao ideário desenvolvimentista? Com base nessas interrogações, este artigo pretende discutir como o tema da modernização brasileira e, em particular, as representações em torno da urbanização, inscritas em símbolos como Brasília, estiveram no centro das elaborações, intervenções e disputas sociais que tiveram por cenário a sociabilidade urbana e inscreveram-se no espaço das cidades, tomando o caso de Florianópolis como foco de análise. Portanto, o trabalho questiona as utopias urbanas da modernização brasileira e resulta de pesquisa em periódicos da cidade, bem como no primeiro Plano Diretor da Capital de Santa Catarina, elaborado naquele momento. Po-

rém, cabe alertar que a documentação pesquisada não permite investigar a circulação das ‘leituras’ dos signos desenvolvimentistas entre todas as camadas que compunham a população de Florianópolis, mas entre uma comunidade de leitores e espectadores específica formada pelo público dos jornais e dos segmentos envolvidos nas discussões em torno do planejamento urbano. Trata-se de uma circulação horizontal, ocorrida entre líderes partidários, empresários, jornalistas, intelectuais e urbanistas, dirigida para as camadas médias urbanas.

A formulação dessa problemática é tributária das discussões metodológicas advindas do trabalho com noções como circularidade cultural e apropriação. Pode-se objetar que essas ferramentas de análise tenham sido construídas e experimentadas no âmbito de estudos de culturas populares, envolvendo diversas populações subalternizadas. As discussões sugeridas por tais abordagens apontaram para a compreensão de que, mesmo sob relações de classe assimétricas, pessoas integrantes de camadas populares, em diferentes contextos históricos, atuaram no processo mais amplo de criação e circulação de idéias, com base em suas próprias experiências sociais.³ Mas, se há circulação e apropriação vertical de representações e práticas sociais, deve-se também levar em conta os processos que dizem respeito às relações horizontais, ou seja, aquelas referidas a agentes históricos que, mesmo compartilhando posições sociais e condições de classe semelhantes, apresentam ‘grades’ de leitura e de visão de mundo diversas e, por vezes, divergentes.

Neste caso, cabe compreender a extensão do problema metodológico levantado por Roger Chartier, para quem a investigação histórica por vezes encontra o dilema de considerar, por um lado, o “caráter todo-poderoso do texto, e o seu poder de condicionamento sobre o leitor — o que significa fazer desaparecer a leitura enquanto prática autônoma”; ou, ao contrário, privilegiar “a liberdade do leitor, produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares — o que significa encarar os atos de leitura como uma coleção indefinida de experiências irredutíveis umas às outras”. Como possibilidade de superação desse problema, sugere a análise dos processos pelos quais os sentidos e significados são historicamente construídos, estudando a “maneira como os textos e os impressos que lhe servem de suporte organizam a leitura”, bem como o recolhimento de “leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores”.⁴ São essas comunidades de leitores do ideário e das mensagens desenvolvimentistas que puderam ser encontradas em profusão nos principais jornais em circulação em Florianópolis na década de 1950, compartilhando aquelas representações

e traduzindo-as na forma de projetos para a cidade. Com base nos resquícios de discursos deixados sobre aquela Florianópolis, é possível construir pequenas e frágeis pontes que permitam não apenas formular explicações, mas antes de tudo, procurar a compreensão significativa das leituras e apropriações em curso, num esforço para alcançar as verossimilhanças necessárias em uma interpretação histórica.⁵

Os estudos historiográficos possibilitaram novas reflexões sobre os processos de construção do ‘real’, atribuindo grande importância para a efetividade das representações sociais.⁶ Conforme Michel de Certeau, “a presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam”.⁷ Acrescenta-se que tais praticantes, na sua manipulação, são peças fundamentais do processo de fabricação, seja de imagens, idéias ou mitos. É o caso das representações evocadas nos chamados “Anos JK” e seu conjunto complexo de manifestações socioculturais e imaginárias. Os jornais e as discussões sobre o Plano Diretor de 1955 de Florianópolis apresentam elementos e indícios capazes de evidenciar até que ponto as semelhanças encontradas no modo como essa comunidade de leitores repercutiu e traduziu o ideário desenvolvimentista correspondia não apenas a uma adesão incondicional ao projeto político do governo federal. Dizia respeito também a experiências e culturas urbanas próprias, segundo disputas em torno do espaço da cidade, as quais tinham uma trajetória histórica larga e complexa. E mais: essa apropriação diferenciada pode ser indicativa de que as imagens difundidas pelo discurso oficial e governamental também se nutriam do que apontavam esses ‘vulgarizadores’ dispersos por todo o país.

Além disso, cabe ainda apontar para uma reflexão necessária sobre as transformações urbanas no pós-guerra no Brasil. A historiografia brasileira tem se detido com muita eficiência nas políticas de reordenamento de espaços e condutas nas cidades nas duas primeiras décadas do século XX, as quais se contrapuseram ao passado colonial brasileiro, revestindo as antigas estruturas urbanas com obras de infra-estrutura sanitária e viária nas áreas centrais. Contudo, as reformas, o crescimento imobiliário e a expansão em grande escala dos investimentos capitalistas, ocorridos em especial a partir dos anos 50, não despertam o mesmo interesse.

RELAÇÕES DE PODER E OS LIMITES DO SONHAR

Ao ligar o rádio na segunda metade da década de 1950, os ouvintes de Florianópolis não só obtinham informações sobre as transformações que se operavam no país, mas também eram alertados para as contradições que decorriam da própria condição da cidade, considerada acanhada e alijada das mudanças em curso. Na rádio Diário da Manhã, por exemplo, crônicas diárias tratavam do cotidiano urbano e apresentavam certa imagem da capital de Santa Catarina, com suas “ruas tranqüilas e mal iluminadas, que mergulham cedo no silêncio da noite”. Numa das crônicas, o autor narrava um passeio noturno no centro, onde já às nove da noite, próximo ao Teatro Álvaro de Carvalho, a rua “é tão quieta e silenciosa que o perpassar do vento no arvoredo ganha proporções assustadoras”. A Praça Getúlio Vargas, “com suas árvores copadas, orgulha-se inutilmente, da maravilhosa fonte luminosa que lhe fica ao centro! Ninguém aparece para admirar-lhe os esguichos coloridos!”. Num tom lacônico, o narrador falava de uma “tristeza mansa”, a qual lhe dizia que “Florianópolis está distante, muito distante do progresso que se alardeia por aí! É, quando muito, uma caricatura... Uma pálida caricatura de cidade grande!”⁸

Essa imagem era aguçada pela ânsia de progresso e desenvolvimento que atravessava o Brasil naquela metade de século. Mas o progresso que se “alardeava por aí”, só com muita dificuldade e timidez chegava à cidade. Anos JK, 50 anos em 5, bossa nova, conquista da copa do mundo, indústria automobilística, tudo soava distante da pequena capital que, em 1960, mal atingia 100 mil habitantes, ocupando a Ilha de Santa Catarina e seu Continente próximo, ligados desde 1926 pela Ponte Hercílio Luz. Como, então, entender a adesão ao discurso e às imagens da modernização em curso? É preciso analisar a atuação de diferentes atores sociais envolvidos.

A imprensa existente na cidade não constituía um aparato com uma dimensão tão importante quanto em outros centros maiores. Quase que totalmente vinculados aos interesses dos dois grandes partidos políticos que disputavam a hegemonia em Santa Catarina — o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) —, os jornais eram basicamente órgãos destinados a difundir as opiniões e preceitos dessas correntes políticas. Com uma tiragem pequena e com no máximo oito páginas, em seus espaços os jornais comprimiam desde anedotas pouco sutis sobre os debates partidários, até anúncios publicitários de algumas grandes empresas que atuavam no mercado brasileiro. Mas, apesar de todas as limitações, esses órgãos

de imprensa começavam a constituir na cidade um incipiente mercado de mídia, capaz de esboçar um mercado de bens simbólicos. A publicidade extravasava os limites das páginas diárias dos periódicos, atingindo um público mais amplo que o de leitores diretos, até porque a cidade contava àquela altura com duas rádios, sem contar os ouvintes que sintonizavam emissoras de outras cidades, através das ondas curtas.

Nas páginas de publicações da época é possível encontrar anúncios publicitários como os da empresa “Transportes Aéreos Catarinense” (TAC), subsidiária da “Cruzeiro do Sul”, a qual informava, em 1955, que Florianópolis receberia novos e grandiosos planos para o desenvolvimento do turismo. Não seria apenas mais um plano “baseado no apoio governamental”, destinado a permanecer “no fundo de uma gaveta”. Ao contrário, seria “uma certeza”, quase uma “realidade”. Segundo os autores do anúncio, uma campanha publicitária levaria os potenciais visitantes a conhecer “os maravilhosos recantos naturais” da Ilha de Santa Catarina. Tão logo fossem postas em prática as ações necessárias, o Brasil ficaria sabendo das belezas de Canasvieiras, “uma praia notável sob todos os aspectos”, da Lagoa e seu “nascido do sol maravilhoso”, além da “pesca do camarão, à luz de archotes”, enfim, que Florianópolis não era “somente uma ponte com 800 metros de comprimento”.⁹ Ensaiaava-se a entrada em cena de uma nova possibilidade de investimentos de capitais, sendo praticamente indiscutível a eleição do turismo como principal vetor de desenvolvimento econômico.

Ao mesmo tempo, os poderes do Estado eram alvo do interesse de grupos políticos com feições oligárquicas nítidas, oriundos ainda da Primeira República. Os Ramos e os Konder-Bornhausen, respectivamente abrigados nas legendas do PSD e da UDN, disputavam voto a voto a preferência eleitoral, dividindo um mesmo bloco de poder. Os primeiros eram remanescentes dos que estavam à frente do governo durante o Estado Novo, liderados pelo então interventor federal Nereu Ramos. Já os udenistas, herdeiros do grupo que foi destronado com a Revolução de 1930, eram liderados por figuras como Adolfo Konder e Irineu Bornhausen. O sistema eleitoral e partidário estabelecido pela constituição de 1946 tinha em Santa Catarina um caso de bipartidarismo quase absoluto. Praticamente não havia alternativa viável de poder fora dos dois grupos conservadores que dominavam o Estado.

Essas relações de poder mostravam-se através de redes de políticos e de empresários que, em meados do século XX, tinham atuação decisiva em Santa Catarina. Articulando suas ações nas esferas públicas com seus negócios privados, personagens como Aderbal Ramos da Silva ou Irineu Bornharsen

estavam no cerne de um bem montado sistema de alianças políticas, investimentos de capital e controle eleitoral.¹⁰ Nesse quadro e segundo tais limitações e contornos políticos, diversos interlocutores imaginavam poder traçar, nas páginas dos jornais, “o futuro da capital como atração turística”, com projetos que prometiam restaurantes e hotéis “ultra-modernos”, como um certo Hotel Dunas, a ser construído na Lagoa da Conceição, para melhorar e modernizar “o padrão de vida das nossas populações ilhoas”. O futuro viria por obra dos “jovens homens de negócios” que acreditavam em Florianópolis como pólo turístico.¹¹ Contudo, àquela altura não era clara a distinção entre empreendedores e líderes partidários.

Artigos presentes nos jornais daquele período indicam que a promoção do crescimento urbano de Florianópolis deveria representar mais do que um simples desejo de aparecer com algum destaque dentre as capitais brasileiras: significava a apropriação de imagens pautadas pelos desejos de modernização que circulavam através de meios de comunicação e discursos de toda ordem, em âmbito nacional, acrescentando novos sentidos. Fundamental seria fazer a “linda Capital seguir seu destino feliz ao lado de suas co-irmãs brasileiras, onde o progresso é um fato abençoado pelas suas felizes populações”.¹² Havia, assim, uma associação direta entre progresso, destino e felicidade. O futuro deveria ser necessariamente feliz, o que era demonstrado pela satisfação que outras cidades “mais adiantadas” proporcionavam às suas populações. Ou seja, participar de todo esse processo, além de uma necessidade de crescimento, deveria ser um prazer. As dificuldades fariam parte de uma época a ser logo esquecida e deixada para trás em nome de um mundo novo, cheio de possibilidades que estariam logo à frente.

Lucian Boia assinala que mesmo o imaginário cristão sofreu uma reestruturação radical na segunda metade do século XX. O medo do inferno e das punições pelos erros, faltas e vícios, que durante quase dois milênios alimentou o discurso dominante e constituiu peça central do sistema de representações empregado pela Igreja católica e suas dissidências, foi aos poucos sendo mitigado. Em lugar das ameaças, constata-se um reforço das esperanças em promessas de justiça social ou de ganhos individuais. Os projetos de vida, notadamente entre as camadas médias urbanas ocidentais, corresponderam a paradigmas de ação social que se orientaram para a conquista e a ascensão ou, pelo menos, pela crença de que seria possível garantir melhores condições de vida às futuras gerações. Aí, certamente, estão misturados muitos elementos, como a ênfase na tecnologia, nos sistemas educacionais e na capacidade de produção em escala contínua de meios de sobrevivência, em

quantidade e qualidade cada vez maiores. A sociedade passou a ser o lugar para a realização das potencialidades humanas, com a tendência para a individualização crescente das esferas de convívio. Houve a disseminação de cultos e crenças religiosas e filosóficas que atendiam às projeções pessoais, ao estimular atitudes de solidariedade que promovessem o bem-estar interior de seus praticantes ou a ascensão social, como uma demonstração divina da posse de qualidades especiais. Em lugar do medo diante da morte e dos mistérios do além, ocorria a justificação do consumismo e das atitudes individualistas, promovendo a felicidade, o otimismo e a espera ansiosa da chegada dos novos tempos.¹³

Os leitores de jornais de Florianópolis podiam acompanhar ao longe os ‘ruídos’ produzidos pelas transformações tecnológicas rápidas, que lhes chegavam através de pequenas notas nos jornais. A ‘miniaturização’ dos equipamentos eletrônicos era anunciada com ênfase através das informações que chegavam do exterior, via cabograma, e difundidas em programas apresentados pela Rádio Guarujá, como “Nos bastidores do mundo” ou “Diário da metrópole”. Em 1952, comentava-se a hipótese da instalação da televisão em Florianópolis, o que seria concretizado quase vinte anos depois. Nesse mercado de bens simbólicos, a introdução de um modo de vida baseado em alguns aspectos da cultura norte-americana ganhava destaque e permitia novas demandas de consumo: as páginas femininas dos jornais apresentavam a moda dos filmes de Hollywood e receitas de *marshmallows* para as donas de casa.¹⁴

Eram muito comuns nesse momento os anúncios publicitários de companhias seguradoras, as quais alertavam seus potenciais clientes a estar preparados para os acasos e as imprevisões decorrentes das mudanças rápidas, protegendo-se com a compra de apólices de seguros. Os anúncios seguiam um tom parecido. Um deles perguntava, em 1950, “qual será o problema de seu filho em 1960?”. E continuava: “ainda estará estudando? Já estará formado? Poderá dispor de tudo o que precisa para sua vitória na vida? Você, como pai, precisa prever e prover. Pense nisso e assegure desde já, em qualquer hipótese, a formatura de seu filho e seu encarceramento”. Para garantir “o futuro de seu filho”, o leitor deveria agir “ainda hoje”.¹⁵

Gilberto Velho, em seus estudos sobre classes médias urbanas no Rio de Janeiro, vale-se da idéia de projeto para definir a forma adotada por aqueles setores sociais para manipular e direcionar o conjunto de símbolos culturais à sua disposição. Levando em conta diferentes variáveis e destacando as dissonâncias encontradas em frações das camadas médias, o autor verifica que há certa “margem de manobra existente na sociedade para opções e alternati-

vas”. Contudo, diante de encruzilhadas e da necessidade de tomar decisões em relação ao futuro do núcleo familiar, as escolhas são norteadas por projetos de vida, o que inclui os filhos, a casa, o espaço de moradia e o anseio de ascensão social. Particularmente entre grupos de classe média baixa, o autor encontrou a aposta no futuro dos filhos, através da aquisição do prestígio e *status* social conferido pelos diplomas universitários. É um processo de individualização que compreende, a um só tempo, a busca por proteção e prestígio.¹⁶

Mas, as percepções em torno das mudanças em andamento no país e a construção de projetos de vida não eram homogêneas e havia a possibilidade de outras leituras sobre a vida na cidade. Na literatura, temas comuns eram o marasmo e o ritmo cadenciado da vida urbana de Florianópolis. Num conto publicado por essa época, surgem descrições de uma cidade silenciosa, pequena, “sem vida noturna”. Suas “casas baixas, ruas estreitas”, cercadas pelo morro, “com seus negros, suas misérias, suas brigas, suas macumbas”, onde brilhava apenas “uma luz ou outra”. Um lugar de sonolência: “o mar também dormia, quieto, frio, sem canções”.¹⁷ Imagens semelhantes foram manejadas no primeiro filme longa-metragem rodado em Florianópolis, chamado *O preço da ilusão*. Idealizado por membros do Círculo de Arte Moderna, também conhecido como Grupo Sul, foi produzido entre 1957 e 1958. A obra, da qual restam apenas os quinze minutos finais, conta duas histórias paralelas. Uma jovem que tenta vencer as limitações de sua vida participando de um concurso de beleza, e um menino que pretende montar um boi-de-mamão, manifestação popular até então bastante freqüente no litoral de Santa Catarina. A novidade ou a tradição: um conflito que termina em tragédia. A moça vence o concurso mas desentende-se com seu patrocinador, que havia comprado os votos do júri. Saindo rapidamente da cidade em um carro, ela despenca da Ponte Hercílio Luz e morre no mar.¹⁸

Em contraposição, por essa época, um colunista defendia a necessidade de botar abaixo antigos edifícios do centro, afirmando com satisfação que Florianópolis crescia através de novos bairros que ganhavam vida própria, o que tirava a cidade aos poucos do “ramerrão do centro” e a fazia crescer “em todo o sentido”. Os subúrbios aos poucos começavam a aumentar e a se integrar numa aglomeração única, formando a imagem de uma grande cidade, com diversas partes associadas, cada uma das quais com capacidade própria para dar habitabilidade e conforto aos seus moradores.¹⁹

Foi possível detectar, portanto, através da pesquisa histórica, um conjunto assimétrico, porém convergente, de experiências, sonhos e frustrações, constituindo horizontes de expectativas, interpretados aqui conforme a proposi-

ção de Hans Robert Jauss, como “reconhecimento perceptivo”, no qual o “espectador pode ser afetado pelo que representa” e participar da construção dos processos de compreensão em curso, através do compartilhar de um mundo intersubjetivo.²⁰ Tais horizontes fizeram parte dos limites, das projeções e das demandas acerca da modernização da cidade, manifestando-se na construção de cenários culturais e inscrevendo-se no espaço urbano, entre aquela comunidade de leitores específica dos jornais e demais meios de comunicação. Florianópolis, assim como outras cidades brasileiras nas décadas de 1950 e 1960, tornou-se palco de formulações que diziam respeito ao que pode ser analisado como uma segunda leva de reformas urbanas, as quais decorriam de processos diversos daqueles que compuseram as intervenções que haviam reordenado cidades importantes no começo do século XX, com resultados não menos significativos.

URBANISMO E AS UTOPIAS DOMADAS

Marcar uma nova época para o país através da construção de uma cidade é algo emblemático. Na acepção de Richard Sennett, uma cidade é “um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar”.²¹ Talvez por isso um dos mitos primais sobre a vida urbana seja a Babel bíblica. A urbe expressa a contradição, o momento em que os homens criaram falas e desejos diferentes e desarmônicos: “Nesse espaço de concentração populacional, os homens que vivem na cidade não se entenderão, estando, pois, contida na narrativa original, uma condenação: a cidade está destinada a ser centro de conflito”.²² Metaforicamente, as diferentes e díspares vozes da Babel constituem a cidade como espaço a um só tempo polissêmico e polifônico. O urbano é um “um sistema de signos dinâmico e complexo”, ao qual podem estar associadas significações díspares, como pecado e salvação, progresso e miséria. E o horizonte de possibilidades abertas por esse lugar sempre múltiplo resulta numa luta pela posse da enunciação e da capacidade de atribuir significados, sempre provisórios e relativos às dinâmicas sociais.²³ Portanto, a cidade pode ser um texto, uma escritura na qual se cruzam várias enunciações, formando um conjunto aberto de significados.

O urbano, definido por Henri Lefebvre, comporta essas dimensões, na medida em que aparece como um “campo de tensões” e “uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente”. Na sociedade urbana, há a possibilidade

de experimentação da u-topia, ou seja, do não-lugar, o alhures. Elementos, como a verticalidade dos edifícios, podem representar essa dimensão, “o lugar da ausência-presença”, constituindo-se em parte integrante da realidade urbana. A monumentalidade das cidades modernas, das grandes e largas vias de trânsito, aparece como expressões de um poder que está por toda parte e em parte alguma. É a constituição do sonho e do desejo da anulação das distâncias.²⁴ Essa utopia concreta que preside a vida urbana foi compartilhada por urbanistas e arquitetos, que pretenderam dominá-la e orientá-la.

A heterogeneidade discursiva e a pluralidade de projetos e representações fazem o espaço urbano ser muito mais do que suas ruas e prédios construídos: é lugar de disputa e conflito que envolve relações de força suscitadas por expectativas sociais. É possível recolher olhares específicos sobre o urbano nas visões e imagens prefiguradoras de realidade construídas por agentes sociais. No caso específico de Florianópolis, a imprensa e os planos de urbanistas são campos profícuos para encontrar indícios e sinais da construção imaginária de uma cidade, com suas implicações políticas e, em especial, sua dimensão utópica,²⁵ compreendida aqui não como um alijamento da realidade ou mera ilusão, mas como conjunto de imagens abrangentes que norteiam leituras do mundo e asseguram projetos de ação.

Contudo, Renato Ortiz lembra que os diversos segmentos intelectuais engajados nas políticas desenvolvimentistas no Brasil tinham a preocupação de que suas formulações não fossem tomadas como utopias, que entendiam como projetos irrealizáveis. Intuíam-se capazes de propor um “programa de desenvolvimento”, com objetivos considerados factíveis, visando “planificação, eficácia, racionalização, formação tecnológica, maximização do ritmo de desenvolvimento”. Os intelectuais deveriam “diagnosticar os problemas da nação e apresentar um programa a ser desenvolvido” que levasse a transformações rápidas e profundas. Conclusão: “não há utopia, a realização do Ser Nacional era uma questão de tempo, cabia à burguesia progressista comandar esse processo”.²⁶ Ora, compreende-se aqui que essa crença comportava, por si só, uma dimensão utópica, assentada nas promessas que as cidades catalisariam. No ambiente urbano foi criada a ambiência cultural que deu contornos a uma cultura de classe média assentada, em grande parte, em padrões de sociabilidade importados de países capitalistas industrializados, particularmente os Estados Unidos, mas também oferecendo para as diversas camadas da sociedade duas grandes expectativas: mobilidade social e consumo moderno.²⁷

O Urbanismo e a Arquitetura, como campos de saber ou como projeções sociais, foram marcos dos horizontes de expectativa compartilhados por di-

versos segmentos da sociedade brasileira acerca das possibilidades futuras do país. Com isso extravasavam seu caráter de disciplinas acadêmicas e assumiam o papel de expressões da cultura brasileira, celebrando a modernidade e portando uma ‘missão’ auto-atribuída de fazer valer as utopias então construídas sobre o desenvolvimento nacional. Para Carlos Nelson Ferreira dos Santos, ao refletir sobre sua própria trajetória pessoal, os arquitetos brasileiros formados desde a década de 1930, cujos expoentes são nomes consagrados como Lúcio Costa ou Affonso Eduardo Reidy, tinham como “meta a genialidade, com toda a carga de expectativas e frustrações decorrentes”, o que era reforçado pelo fato de que a produção arquitetônica havia “se erigido em um dos mais importantes símbolos identificadores do país”. As utopias, projeções e desejos de superação da ‘realidade’ brasileira passavam pela crença de que a mudança social poderia decorrer das técnicas e da ciência, embora a ‘realidade’ fosse mais uma “análise teórica” e vivesse “na cabeça dos que falavam nela, usando categorias classificatórias infalíveis, que não podiam ser confrontadas com nenhuma outra forma de explicar o mundo”.²⁸

Em Florianópolis, um dos marcos da primeira fase de reformas urbanas, no início do século XX, foi a construção da Avenida Hercílio Luz, conhecida na época como Avenida do Saneamento. Inaugurada em 1922, para sua abertura foi necessária a demolição de pequenas casas e cortiços, remanescentes do período imperial e que se localizavam a beira do Riacho da “Fonte da Bulha”, o qual foi canalizado ao longo da nova avenida, a fim de sanear a cidade. Naquele momento o Urbanismo submetia-se ao discurso médico que alertava para os riscos de surtos de doenças contagiosas, disseminadas em razão das precárias condições de higiene da população. A malária contaminava enormes contingentes da população do litoral de Santa Catarina, e as campanhas de profilaxia seriam os meios mais adequados para combatê-la. A ordem médica, disciplinadora e burguesa ditava, então, as intervenções urbanas, saneando e moralizando hábitos, corpos e práticas sexuais. Era o ‘problema sanitário’, verificado em várias cidades brasileiras, mas com algumas particularidades em Florianópolis.²⁹

A partir da década de 1950 assiste-se a um outro tipo de abordagem sobre as questões urbanas. As intervenções nas cidades, no âmbito do nacional-desenvolvimentismo, ocorreram segundo a perspectiva de que o crescimento econômico seria o fator fundamental das transformações: “o projeto de constituição da nação desloca-se para o eixo econômico”, o que implicaria a urbanização do país, pois esta provocaria o rompimento com “as visões localistas prevaletentes nos pequenos povoamentos do interior, desenvolven-

do-se em contrapartida uma percepção social identificada com o nacionalismo”.³⁰ Em complemento às campanhas de profilaxia médica e social do início do século e do chamado ‘padrão higiênico funcional’ do Estado Novo, que visava influir nas condições de vida das camadas populares através de discursos filantrópicos e cívicos, o Urbanismo passa a propor medidas que visavam intensificar o desenvolvimento, tomando a cidade como um espaço de produção, ao qual cada habitante deveria estar integrado. Os projetos das novas cidades conteriam atributos e valores sociais e humanos que promovessem melhorias nas condições de vida da população pobre, através de conjuntos habitacionais, oferta de serviços públicos e promoção do pleno emprego, garantido pela indústria. Ainda e sempre, uma ordem burguesa e disciplinadora, mas realizada através de meios diferentes daqueles empregados até então. Às vacinas e à polícia sanitária deveria somar-se o plano urbano e o concreto armado. As cidades refletiriam o engajamento do Brasil nos novos tempos de modernização e o otimismo que empolgavam as camadas médias, através dos sonhos de consumo de bens que exprimissem progresso e de novidades tecnológicas que reinventavam o cotidiano, como modernos automóveis e aparelhos eletrodomésticos de todos os tipos.

A crença na possibilidade de que a racionalidade urbanística promovesse uma nova ‘humanização’, através de reformas sociais mais ou menos radicais e intensas que reduzissem as desigualdades entre as classes, pode ser entendida como um movimento civilizador que envolveu a escolha das cidades como lugares privilegiados para a mudança e o futuro. Consolidava-se um imaginário muito poderoso que atuou, desde então, na configuração das cidades brasileiras. Esse sistema de representações guiou a maneira de intervir no espaço urbano e fez parte das experiências sociais, atuando no sentido apontado por Bronislaw Baczko, ou seja, como “uma das forças reguladoras da vida coletiva” ao assegurar “uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças”. Conforme o autor, “os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro”.³¹ Para Peter Hall, as cidades do amanhã, criadas pelo olhar urbanista da modernidade, deveriam ser espaços para a construção de uma “sociedade baseada na cooperação voluntária entre homens e mulheres, trabalhando e vivendo em pequenas comunidades autogeridas”.³² Pode-se compreender, assim, como o Urbanismo revelou muitas das facetas utópicas presentes no saber científico e na racionalidade técnica. Foi

mais uma das utopias racionais do século XX, atuando sobremaneira nos projetos de construção nacional, via ação do Estado, no Brasil.

O Urbanismo esteve no centro das lutas de representação em torno do ambiente das cidades brasileiras em meados do século XX. Em Florianópolis, isso foi lido no contexto específico de discussões em torno da elaboração e implantação do primeiro Plano Diretor da cidade, transformado em Lei em 1955. O Plano começou a ser elaborado em 1952, por uma equipe de Porto Alegre formada por dois arquitetos, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, e um urbanista, Edvaldo Pereira Paiva. Além disso, a cidade passou a contar com um novo “Código Municipal”, que fixava uma série de regras e posturas em relação à construção de edifícios, residências, casas de espetáculo, normas sanitárias, administração pública e transportes, substituindo uma legislação considerada antiquada.³³

Edvaldo Paiva chefiaria, em 1959, a equipe que formulou o Plano Diretor de Porto Alegre, na gestão do então prefeito Leonel Brizola, vindo posteriormente a presidir a Comissão de Reforma Agrária do Palácio do Planalto durante o governo de João Goulart, em 1963. Na década de 1940 já havia sido responsável por outros projetos de urbanização da capital gaúcha. Portanto, tinha atuação marcante no contexto histórico brasileiro de meados do século XX, preconizando o urbanismo como ferramenta de transformação social, o que o levaria a deixar o país e estabelecer-se em Montevidéu durante a ditadura militar, até sua morte em 1981. Outro a ser atingido pelo regime militar foi Demétrio Ribeiro, afastado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante a vigência da ditadura.³⁴

Atuando no âmbito das idéias de superação acelerada do subdesenvolvimento, a grande preocupação dos autores do Plano Diretor era identificar os pontos que estariam provocando o ‘atraso’ de Florianópolis, impedindo que atingisse o pleno desenvolvimento. A idéia de atraso, no período, foi uma das mais importantes invenções e um dos conceitos empregados com frequência para distinguir uma parte do país, que estaria avançando rumo ao progresso, de um outro Brasil, preso a uma configuração sócio-econômica considerada tradicional. A partir desses princípios, Florianópolis era identificada ao atraso e, para superá-lo, somente com sua entrada no mundo industrial, ao transformar-se em um grande centro urbano. Os ‘problemas’ e as soluções apontadas fazem parte de um contexto em que se atribuiu um poder quase demiúrgico aos técnicos e planejadores, considerados capazes de intervir e fixar rumos para a sociedade brasileira. Fossem economistas, agrônomos ou urbanistas, muitos pareciam estar imbuídos da necessidade de tornar o social

um campo apreensível pela razão técnica, traçando cientificamente os objetivos a serem alcançados. Por essas visões, o ritmo lento de desenvolvimento de Florianópolis só seria plenamente modificado quando a cidade passasse por um processo intenso de intervenções. Caso contrário, permaneceria uma cidade pequena, dividida entre chácaras de famílias ricas e ‘malocas’ nos morros próximos ao centro, dispersando a população e tornando muito baixa a densidade urbana. Tais fatores eram considerados desfavoráveis à produtividade do trabalho e inibiam expectativas de mudança.³⁵ Os autores aceitavam correr o risco de que seus planos parecessem “utópicos e desligados da realidade”, mas acreditavam que a cidade receberia “novos elementos motores capazes de transformá-la e fazê-la crescer em ritmo mais acelerado”.³⁶

Segundo o diagnóstico formulado pelos autores do plano, a especulação imobiliária agravava o quadro urbano problemático, formando muitas “áreas vacantes”, aliando-se ao fraco potencial econômico da cidade que impedia as obras de melhoria, principalmente as viárias. Esses problemas estruturais faziam Florianópolis apresentar grande dispersão urbana, o que desfavorecia o crescimento econômico e onerava o poder público com as obras de expansão viária e de transporte e, ao mesmo tempo, tornava lento o ritmo de vida. As mesmas elites que preconizavam uma Florianópolis diferente praticavam a especulação ao manter suas grandes chácaras localizadas na direção da baía norte, o que impedia o adensamento populacional do centro e encarecia as reformas urbanas. Uma das propostas da equipe de Edvaldo Paiva era a desapropriação dessas propriedades dos moradores mais ricos da cidade para a criação de bairros residenciais populares.³⁷

O Plano Diretor guardava vínculos com as concepções em voga na época, particularmente aquelas fixadas por expoentes como Le Corbusier, nos anos 40. Para o arquiteto suíço, os três elementos básicos do urbanismo seriam o sol, a vegetação e o espaço. Em função desses componentes os formuladores do Plano Diretor de Florianópolis conceberam sua cidade do futuro. Além disso, a idéia de criar condições para o adensamento urbano reproduzia o objetivo de ser a cidade um “caminho dos homens” e não um “caminho das mulas”, ou seja, a preferência pela linha reta, objetiva e racional. Le Corbusier imaginava que, com a planificação, a técnica deixava de ser o oposto da poesia, mas sua promotora. Como um arauto da ordem e inimigo do caos, pensava a organização das cidades como uma harmonização entre homem e universo. O importante, então, seria tomar consciência dos efeitos desordenados da sociedade industrial e dar respostas à altura ao novo contexto. Essas mudanças estariam a exigir “leitores de situação, exploradores do futuro pró-

ximo”, ou seja, os novos urbanistas, que teriam a condição de reconstruir as cidades sob novos moldes, pois: “as coisas têm razão de ser. E, quando não mais existem razões de ser, a razão ou o bom senso querem que elas não atrapanhem, ainda mais, nossas vidas com o peso de sua inutilidade”³⁸

Quais as condições urbanas de Florianópolis na década de 1950? Segundo os autores do Plano Diretor, estavam falidas e não possuíam mais “razão de ser”. A solução viria com a transformação de Florianópolis numa cidade portuária, centro de referência para um processo de industrialização a ser desencadeado nas regiões adjacentes, o que foi considerado o meio mais eficaz de tirá-la do atraso. Só com o porto seria assegurado o desenvolvimento, uma decorrência da industrialização. Toda a concepção do plano é perpassada pela necessidade de criar condições para o desenvolvimento industrial, única via possível para promover a renovação urbana e alcançar a modernidade.³⁹

A formação de um centro administrativo e de negócios, uma das soluções pregadas por Le Corbusier, foi efetivamente planejada para Florianópolis e já estavam preparados os croquis do novo centro cívico, a ser localizado próximo à região da Prainha, a qual ocuparia um aterro já praticamente pronto na época. Ora, Florianópolis parecia ser um campo de ação perfeito para tantas alterações: ruelas e becos ‘de mínima largura’, desorganizados e sem critério, automóveis e pessoas disputando espaço, dispersão e rarefação populacional e urbana. Uma antiga e pequena cidade com muitos rastros do passado colonial português. Nessas condições, segundo os autores do plano, expandiam-se as áreas de ocupação precária dos morros, com “malocas” que estavam formando, como em outras cidades brasileiras, “verdadeiros aldeamentos primitivos”, denotando o “baixíssimo padrão de vida de grande parte das classes menos favorecidas” e a “mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico”.⁴⁰

Essa compartimentação da cidade correspondia também aos princípios urbanistas definidos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (Ciam) e expressos na Carta de Atenas, em 1933. Ao definir as “quatro funções urbanas: habitação, recreação, trabalho e circulação”, o documento estabelecia um modelo internacional para as mais diversas e diferentes cidades. Para cada tamanho de cidade e de população, corresponderia uma proporção adequada de cada uma dessas funções, dimensionando os setores da cidade conforme as necessidades sociais identificadas e estabelecendo, a partir daí, as formas e tipos convenientes de indústrias, atividades comerciais, habitações, meios de transporte, vias de trânsito e espaços recreativos.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, mesmo na pequena Florianó-

polis é possível perceber uma distinção importante no sentido atribuído às intervenções urbanas que passaram a ser requeridas. O discurso médico não foi abandonado, mas agora é possível verificar que os arquitetos e urbanistas tornam-se os portadores daquilo que Pierre Bourdieu denomina “monopólio da representação legítima do social”, dispondo do poder para estabelecer as classificações consideradas mais apropriadas para entender a vida urbana e intervir em suas práticas. As demais formas de conceber a cidade tiveram de se subordinar à eficácia das representações urbanísticas, cuja taxonomia se tornava praticamente indiscutível.⁴¹

Compreende-se, dessa forma, o destaque social e político dos projetos urbanos elaborados nas cidades brasileiras naquele período, que chegaram ao auge com a construção de Brasília. Com base nessa auto-imagem e segundo uma formação discursiva nacional-desenvolvimentista, os urbanistas de Porto Alegre pensaram Florianópolis, pouco interessados em questões sanitárias, mas pretendendo tirá-la do atraso e construir-lhe um futuro industrial. Em conformidade a esses princípios, pretendia-se uma nova ordem urbana, na qual a cidade aparecia como um campo de produção da nova sociedade, voltada para a criação constante de novos horizontes de expectativas, através de empreendimentos modernos.

Florianópolis deveria ser vista como um espaço a ser reservado para a criação de cenários futuros. A fisionomia da cidade passava por lentas mudanças que alteravam seus ritmos sociais. O centro, que desde a década de 1920 sofria transformações para o seu ‘aformoseamento’, viu juntar-se ao Trápiche Municipal, onde estava instalado o Bar Miramar, o Hotel La Porta, erigido em 1932, único com elevador na época e que, com seus quatro andares, iniciaria a verticalização da área central. Depois, além do Hotel Lux e do Ipase, viriam os edifícios do Banco do Brasil, das Secretarias e do Banco Nacional do Comércio, todos nos anos 50.⁴²

Era uma cidade nova para habitantes que se espelhavam na publicidade das revistas de circulação nacional ou mesmo nos jornais e rádios locais. É possível que estivesse sendo simbolicamente criada uma antecipação do futuro, acelerando o ritmo do tempo para logo alcançar as promessas inscritas no novo modo de vida adotado. Anunciou-se também a abertura da Avenida Rio Branco, no centro, para expandir a área urbana, o que criava maiores possibilidades de investimentos e também alterava o formato da cidade. Sugeriam-se alguns alargamentos de ruas na área continental e o trânsito de automóveis tornava-se mais intenso. Florianópolis ensaiava sua entrada num processo de urbanização mais dinâmico.⁴³

Contudo, em sua grande maioria, as propostas estruturais apresentadas no Plano Diretor jamais foram colocadas em prática, tendo sido, mesmo, contrariadas por completo. Estavam em jogo as escolhas políticas para o crescimento urbano e as opções econômicas a serem tomadas na cidade para futuros investimentos. A ameaça de submeter-se a uma legislação que determinaria o futuro da cidade pelas décadas seguintes era decisiva para os grupos políticos e empresariais de Florianópolis, os quais atuavam em conjunto e, por vezes, eram os mesmos atores representando os mesmos papéis, numa interação entre interesses públicos e privados.

OUTRA CIDADE NA MESMA CIDADE

A cidade idealizada no Plano Diretor nunca chegou a existir: foi, no máximo, uma cidade de papel. A proposta básica de criação do porto jamais encontrou efetivação. A orientação geral do documento foi contrariada em muitos aspectos, mesmo naquilo que dizia respeito à localização de órgãos e edifícios na cidade, além da estrutura viária. Em relação à criação de condições econômicas de desenvolvimento, enquanto os planejadores preconizaram a integração da cidade à economia industrial, percebe-se na imprensa uma tendência dos grupos dirigentes e empresariais em favor de outra opção de desenvolvimento para a cidade: o turismo. A determinação do futuro a ser trilhado não se restringia à criação de uma legitimidade discursiva para a exploração turística: estavam em andamento investimentos imobiliários importantes que encontrariam valorização na medida em que o poder público atuasse como indutor dessa opção econômica. Parecia não haver outro caminho, senão o de contrariar as teses dos urbanistas.

Ao não levar em conta as praias como fatores de crescimento urbano e condenar as áreas deixadas para a especulação imobiliária pelos grupos mais abastados, o Plano Diretor projetava uma cidade diferente daquela que os discursos a favor do turismo preconizavam na imprensa. Aliás, a equipe de Edvaldo Paiva não escondia sua contrariedade com a opção pelo turismo como fator de desenvolvimento: “a função turística de um lugar depende, também, da existência de um fluxo regular de turistas provindos de lugares próximos”. O turista estrangeiro ou que viajava longas distâncias pelo Brasil para conhecer as praias da Ilha de Santa Catarina não poderia constituir “uma esperança séria e, muito menos, uma garantia de mercado turístico para Florianópolis”. As regiões vizinhas não teriam “nível econômico” suficiente para suprir a

cidade com um tipo de turista, tanto em número quanto em poder aquisitivo, que viesse a ser uma fonte econômica única e “capaz de determinar o progresso de uma cidade de mais de cinqüenta mil habitantes”. Por isso, os investimentos turísticos eram considerados complementares em relação aos de “produção e de intercâmbio”, únicos capazes de “sustentar uma grande urbe”.⁴⁴ Isso ia de encontro a uma série de projetos de investimentos então anunciados, alguns com grande destaque.

No mesmo momento em que a imprensa, em quase todas as suas versões partidárias, servia como principal instrumento de difusão dos discursos que legitimavam a idéia de turismo para Florianópolis, o Plano Diretor concebido em 1952 corria na contramão. Outras leituras sobre as mensagens e o ideário desenvolvimentista não só foram possíveis, mas tornaram-se politicamente mais fortes. Ao invés dos processos de modernização preconizados pelas ações industrialistas da década de 1950, o desenvolvimentismo foi manejado pelos leitores especializados da cidade de Florianópolis — os ‘vulgarizadores’ mencionados por Certeau — no sentido de transpor para o papel visões contrárias sobre o tema, embora manejassem os horizontes de expectativa compartilhados por amplos segmentos da população.

Conforme a grande maioria dos textos publicados nos principais jornais, a cidade estaria vivenciando uma transformação sem precedentes. Quando a companhia de seguros Sul América inaugurou seu novo edifício, as saudações foram inúmeras. O “magnífico edifício de seis andares” foi apresentado como o símbolo da nova cidade que estava surgindo. Significava a “fé no futuro” de Florianópolis, associando “o dinheiro, a inteligência e os recursos materiais” para promover “a riqueza e a elevação dos padrões de vida”. Em 1954 um jornalista entusiasmava-se com a nova “fisionomia da cidade”, que encantava os visitantes. As grandes construções no centro indicavam que a Capital, finalmente, tomava a dianteira entre as cidades do estado, com a construção dos grandes edifícios do Banco Nacional do Comércio, da Caixa Econômica Federal e do Palácio das Diretorias, este último com 10 andares e 8.400 metros quadrados de área, apresentando “o que há de mais novo na arquitetura contemporânea, semelhante ao grande arranha céu do Ministério da Educação, no Rio”,⁴⁵ consagrado projeto coordenado por Lúcio Costa e assessorado por Le Corbusier.

O que até pouco tempo antes não passava de anseios e promessas, parecia estar começando: uma completa reestruturação urbana. Mas, em sentido diferente dos que defenderam a industrialização como mola mestra do desenvolvimento, foi dirigida pelos mesmos grupos políticos, ligados ao PSD e

à UDN, que havia muito dominavam a cidade e decidiram transformá-la em centro de atração turística. Loteamentos alargaram o perímetro urbano e empurraram novos moradores para os balneários. “Garanta o futuro de sua família”, era o título do anúncio de uma imobiliária que, em 1956, oferecia “ótimos lotes nas praias de Itaguaçu e Balneário”. Essa “oportunidade de evitar a desvalorização do seu dinheiro” significava que uma Florianópolis, no mínimo diferente, estava surgindo e que seus grupos dirigentes compreendiam que “só beleza panorâmica não basta”. Mais importantes seriam as “realizações arrojadas e progressistas dos poderes públicos associadas ao dinâmico impulso dos empreendimentos particulares”.⁴⁶

Conferir ao turismo a primazia sobre o desenvolvimento da cidade significava permitir que os grupos políticos e empresariais mais influentes tivessem ganhos econômicos, com a valorização de imóveis, os quais em muitos casos foram conquistados em áreas de antigos campos comunais. Diversas regiões passaram por um lento processo de apropriação privada, que se acelerou justamente no momento em que o turismo tornou-se a principal bandeira de líderes partidários e empresários. Foi esse o caso de Aderbal Ramos da Silva, que anunciava, já durante a década de 1950, investimentos imobiliários no Norte da Ilha de Santa Catarina. Os terrenos junto às praias sofriam intensa valorização, enquanto seus ocupantes mais antigos perdiam o direito de utilizá-los para suas atividades agropecuárias. Portanto, as intervenções públicas e as projeções de futuro tinham o nítido sentido de favorecer interesses privados bem localizados. As alianças entre políticos-empresários e empresários-políticos eram muito lucrativas, mantendo-os no controle da cidade e do estado de Santa Catarina. Enquanto isso, a população mais pobre era desalojada de muitas dessas regiões que agora passavam a servir para grandes negócios imobiliários da Florianópolis do futuro, como foi posteriormente o caso de Jurerê Internacional, do Grupo Habitasul. Os antigos engenhos de farinha de mandioca, as pequenas lavouras e a criação de gado deixaram de existir, em favor de luxuosas residências à beira da praia, cujo acesso é restrito a uma população de alto poder aquisitivo.⁴⁷ A segregação sócio-urbana marca esses espaços, beneficiados por investimentos públicos em sistemas viários, sem a correspondente melhoria dos transportes coletivos.

A partir desse momento a expansão urbana desenvolveu-se na esteira dos loteamentos, os quais, ao longo do século XX, representaram no Brasil um dos agentes de expansão horizontal das cidades e de formação de periferias urbanas. Na década de 1940 começaram a ser registrados, junto à Prefeitura, os primeiros loteamentos de Florianópolis, ampliando o perímetro urbano, o

qual se estendeu sobre áreas com características rurais.⁴⁸ Posteriormente, a proximidade com as praias seria o principal foco de atração desses empreendimentos imobiliários. Os desmembramentos de terras e a formação de áreas previamente determinadas com arruamentos e fixação de parcelas definidas como lotes urbanos, criaram uma Florianópolis em que as sociabilidades predominantes assumiam características próprias de cidades capitalistas modernas, em relação às estruturas familiares e ao privilégio concedido ao automóvel nos espaços de circulação. As áreas loteadas eram cada vez maiores, aumentando a concentração de terras e de riqueza, formando uma classe de ricos especuladores imobiliários, integrada por empresários articulados a líderes partidários. A terra transformou-se na mercadoria mais importante de Florianópolis. O Estado favorecia o processo projetando rodovias que estabeleciam a ligação direta entre o Centro e novos loteamentos do Norte da Ilha — as “cidades balneárias”. A antiga Florianópolis, das freguesias coloniais, deveria ser esquecida em nome da nova cidade, marco do futuro, com a vitória dos segmentos ligados à exploração imobiliária, em desfavor de grupos sociais que sofreram restrições em seu direito à cidade, em especial as camadas populares, habitantes dos morros próximos ao centro, das periferias da área continental e das localidades espalhadas pelo interior do município, alijadas material e simbolicamente dos projetos em curso, sem receber os serviços públicos oferecidos aos balneários.

Os limites das utopias desenvolvimentistas em Florianópolis dão conta de que, se as representações dão forma ao social, não são por isso imutáveis,⁴⁹ sendo reinventadas no próprio processo de vivência cotidiana e, por extensão, na rede de relações de poder que atravessa a sociedade. Isso porque o simbólico, mesmo no caso do ideário desenvolvimentista e de mitos como Brasília, só pode ser pensado como produto de signos em ação, assim como os processos históricos guardam estrita interdependência em relação aos complexos culturais em que se desenrolam. Portanto, no processo de partilha dos signos desenvolvimentistas, a adesão ao discurso que predominava no país era condicionada e, até, calculada. As grandes expectativas geradas pela modernização brasileira foram reduzidas e lidas, por grupos dirigentes, setores empresariais e camadas médias da sociedade de Florianópolis, como pouco mais do que possibilidades para abertura de frentes de investimento imobiliário. Encetavam novas oportunidades para as incorporações, movimentavam a economia e, principalmente, reforçavam as fortunas individuais dos que estavam em posição privilegiada para prever e impor a configuração urbana da cidade.

Um cronista da cidade iniciou em 1960 uma viagem de automóvel pelo país, para mostrar aos seus leitores a modernização que estava se processando na sociedade brasileira. Durante várias semanas quem abria o jornal *O Estado* poderia ler longas descrições da monumentalidade de São Paulo, da eficiência das estradas paulistas, das riquezas das cidades do interior, da grandeza do Rio de Janeiro e das transformações que a construção de Brasília já estaria gerando no Centro e no Norte do país.⁵⁰ No mesmo ano, o governo estadual prometia alcançar os mesmos feitos de Juscelino Kubitschek, o que seria descrito pelos “historiadores futuros” como “um modelo novo, fértil e inédito”. Contra qualquer idéia de utopia ou sonho, esse futuro seria conquistado pragmaticamente, com a “adoção da tecnologia adequada”, juntamente com “planejamento, crítica e racionalização”, visando a “alta produtividade” e a criação de “condições necessárias à estabilidade das gerações futuras e à sobrevivência da unidade da nação a que o destino nos vinculou”. Era como se um tempo completamente novo estivesse começando, estimulado pela “possibilidade de criar uma obra ou dela participar ativamente, transmitindo ao futuro uma cultura nova e nobre”. As desigualdades sociais e de poder não deixariam de existir, mas desapareceriam os “resíduos da velha ordem, marcada tipicamente por uma alta percentagem da população em regime estrito de subsistência”. A integração de todos ao “regime de mercado” seria o futuro a ser perseguido, e era prevista uma reforma do ensino que proporcionaria a geração de mão-de-obra especializada e universitária.⁵¹

Na década de 1970, ainda sob a evocação dessa retórica, Florianópolis completaria seu ciclo desenvolvimentista, durante a vigência da ditadura militar instalada no país com o golpe de 1964. A construção da Avenida Beira Mar Norte, do Aterro da Baía Sul e da nova ponte ligando Ilha e Continente, foi acompanhada pelos avanços dos investimentos imobiliários e na construção civil, com base na “modernização com baixos salários” a que se refere Ermínia Maricato, ou seja, na exploração da mão-de-obra de parcelas da população que “não tiveram seus salários regulados pela necessidade de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia”.⁵² Grandes áreas foram então destinadas a condomínios para camadas sociais médias e altas, recebendo os maiores investimentos em melhorias urbanas e serviços públicos.⁵³ Para Florianópolis, esse conjunto de representações e práticas sociais significou uma aceleração de ritmos e a pretensão de abandonar antigos traços da cidade, traduzindo de modo próprio as imagens desenvolvimentistas e os anseios de individualização das camadas médias, cada vez mais numerosas. As transformações de Florianópolis deixaram resíduos de projetos nunca con-

cretizados, mas que indicam caminhos para compreender uma época histórica que inventou boa parte dos sonhos no Brasil contemporâneo.

NOTAS

¹ Este artigo resulta da tese de doutorado em História *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis, 1950 a 1970*, defendida em 2002 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento, com bolsa do CNPq.

² *O Estado*, Florianópolis, 21 abr. 1960, n.13.867, ano XLVI, p.10; *O Estado*, Florianópolis, 9 abr. 1960, n.13.859, ano XLVI, p.1; *A Gazeta*, Florianópolis, 21 abr. 1960, n.6.477, ano XXV, p.1.

³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. (Trad. Maria Betânia Amoroso). São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 310p.; DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. (Trad. Mariza Corrêa). São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 308p.

⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Trad. Maria Manuela Galhardo). Lisboa: Difel, 1990. p.122-39.

⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. (Trad. Constança M. César). Campinas: Papirus, 1994. p.315-33.

⁶ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* (Trad. Sérgio Góes de Paula). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.84.

⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. (Trad. Ephraim Ferreira Alves). 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.40.

⁸ SILVA, Osmar. Florianópolis em preto e branco. In: SILVA, Osmar. *Coquetel de crônicas*. Florianópolis: ed. do autor, 1962. p.25.

⁹ *SUL*, Revista do Circulo de arte moderna, Florianópolis, n.25, ago. 1955. p.83-6.

¹⁰ MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) — UFSC, Florianópolis, 1998. 182 f. p.67-82.

¹¹ *SUL*, Revista do círculo de arte moderna, Florianópolis, n.27, maio 1956. p.105-15.

¹² *A Gazeta*, Florianópolis, 13 jun. 1950, n.3.740, ano XVI, p.8.

¹³ BOIA, Lucian. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, 1998. p.105-11.

¹⁴ *O Estado*, Florianópolis, 15 jan. 1950, n.10.671, ano XXXVI, p.1; *O Estado*, Florianópolis, 24 ago. 1950, n.10.993, ano XXXVI, p.8.

¹⁵ *O Estado*, Florianópolis, 4 jul. 1950, n.10.888, ano XXXVI, p.5.

- ¹⁶ VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.41-54.
- ¹⁷ SOUZA, J. P. Silveira de. Busca. *SUL*, Revista do círculo de arte moderna, Florianópolis, n.17, out. 1952, p.71-2.
- ¹⁸ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Imagens do tempo. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina*: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.11-25.
- ¹⁹ *O Estado*, Florianópolis, 5 jun. 1960, n.13.914, ano XLVII, p.2.
- ²⁰ JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: COSTA LIMA, Luís (Org.) *A literatura e o leitor*. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.43-61.
- ²¹ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. (Trad. Lygia Araújo Watanabe). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.58.
- ²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p.7-8.
- ²³ BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p.128-36.
- ²⁴ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. (Trad. Sérgio Martins). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.33-50.
- ²⁵ CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. (Trad. Geraldo Gerson de Souza). São Paulo: Perspectiva, 1985. p.35-43.
- ²⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.60-5.
- ²⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil*. 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.559-58.
- ²⁸ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (Coord.) *O desafio da cidade*: novas perspectivas da Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.37-55.
- ²⁹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.), cit., p.102-13.
- ³⁰ RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.37, 1994, p.77-89.
- ³¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, v.5, *Anthropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1985. p.308-15.

- ³² HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. (Trad. Pérola de Carvalho). São Paulo: Perspectiva, 1993. p.4.
- ³³ FLORIANÓPOLIS. Lei n.246. *Aprova o Código Municipal de Florianópolis*. Suplemento do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 21 nov. 1956, n.5.495, ano XXII.
- ³⁴ LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.) *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FAU/USP, Fupam, 1999. p.515-6; 525-6.
- ³⁵ RIZZO, Paulo Marcos Borges. *Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis — 1950 a 1990*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — UFSC, Florianópolis, 1993. 119 f. p.20-1.
- ³⁶ PAIVA, Edvaldo et al. *Plano Diretor de Florianópolis*. Florianópolis: Ioesc, 1952. p.47.
- ³⁷ *Ibidem*, p.8.
- ³⁸ LE CORBUSIER. *Urbanismo*. (Trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.5-11; 21-55.
- ³⁹ PAIVA, Edvaldo, cit., p.14-5.
- ⁴⁰ *Ibidem*, p.11-3.
- ⁴¹ BOURDIEU, Pierre. *Lições da aula: aula inaugural proferida no Collège de France*. São Paulo: Ática, 1988. 63p.
- ⁴² VEIGA, Eliane Veras da. *Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis (1850-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) — UFSC, Florianópolis, 1990. 513 f. p.280; 454.
- ⁴³ *A Gazeta*, Florianópolis, 3 fev. 1953, n.4.319, ano XIX, p.4.
- ⁴⁴ PAIVA, Edvaldo, cit., p.16-9.
- ⁴⁵ *O Estado*, Florianópolis, 31 dez. 1955, n.12.358, ano XLII, p.8; *A Gazeta*, Florianópolis, 12 fev. 1954, n.4.615, ano XX, p.6; *A Gazeta*, Florianópolis, 13 mar. 1954, n.4.638, ano XX, p.6.
- ⁴⁶ *O Estado*, Florianópolis, 1 jul. 1956, n.12.488, ano XLIV, p.7; *A Gazeta*, Florianópolis, 22 jan. 1955, n.4.875, ano XXI, p.6.
- ⁴⁷ CAMPOS, Nazareno José de. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991. p.127-37.
- ⁴⁸ OLIVEIRA, Lisete Assen de. *Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — FAU, USP, São Paulo, 1999. 253 f. p.80.
- ⁴⁹ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. (Trad. Bárbara Sette). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p.23-59.
- ⁵⁰ *O Estado*, Florianópolis, 6 abr. 1960, n.13.856, ano XLVI, p.7.

⁵¹ *O Estado*, Florianópolis, 22 nov. 1960, n.14.047, ano XLVII, p.1; *O Estado*, Florianópolis, 4 dez. 1960, n.14.057, ano XLVII, p.1-9.

⁵² MARICATO, Erminia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.14, n.4, out.-dez., 2000. p.21-33.

⁵³ SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano*. A Via de Contorno Norte-Ilha. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — FAU, USP, São Paulo, 1994. 2v. p.63-9.